

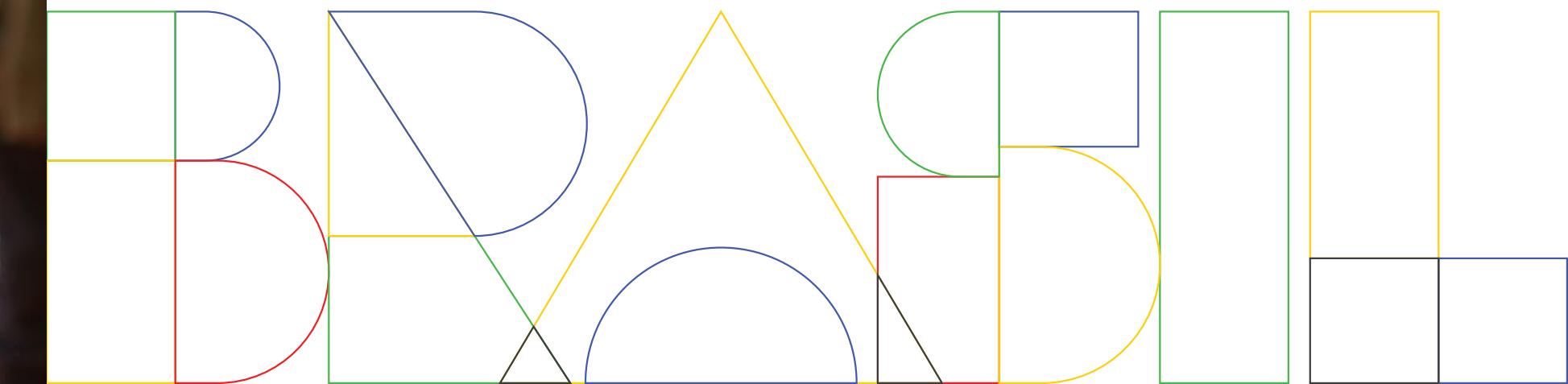


MEC EM 2024



Foto: Fábio Nakakura/MEC

01 MAIS EDUCAÇÃO BÁSICA





MAIS EDUCAÇÃO BÁSICA: A CHAVE PARA UM FUTURO MAIS IGUAL

Avançar na execução das políticas públicas voltadas para educação básica em todas as etapas é hoje uma prioridade para o Ministério da Educação (MEC). Com o compromisso de transformar para melhor a vida de milhões de brasileiros por meio da educação, o MEC atua de maneira sistêmica para ampliar o acesso da população à escola pública, superar as desigualdades e melhorar a qualidade do ensino, bem como garantir a permanência dos alunos em salas de aula e o direito de cada estudante à equidade, inclusão e justiça social.

Para o Ministério, a educação é a chave que abre portas para o futuro. Neste sentido, em articulação com estados e municípios, o órgão implementa um conjunto relevante de programas específicos, inovadores e transversais que vão desde a educação infantil ao ensino médio. Entre os objetivos das políticas dessa área estão a valorização dos professores, a ampliação da educação em tempo integral e mais tecnologia para

fins pedagógicos, além do apoio às redes de ensino e à infraestrutura escolar, com mais transporte, alimentação e recursos pedagógicos de qualidade, assim como o estímulo à formação de professores e ao fortalecimento da capacidade de gestão dos profissionais da educação.

Com todas essas iniciativas, o órgão amplia a oferta e a qualidade da educação infantil, garante a alfabetização e o aprendizado para crianças e adolescentes do ensino fundamental, além de incentivar o interesse dos estudantes do ensino médio.

Desta forma, em parceria com os entes federativos, o MEC está ajudando o governo federal a construir um país mais justo, com um ensino para além da sala de aula, ao oferecer uma escola de qualidade e condições de vida mais dignas que proporcionam o desenvolvimento integral de cada aluno.



PARÂMETROS DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL FORAM ATUALIZADOS

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos. Trata-se de um desafio para governantes no Brasil inteiro. Para enfrentar essa demanda na escala em que ela se apresenta, o governo federal tem investido no Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil ao oferecer assistência técnica e financeira aos municípios de todo o país, especialmente, para ampliar o número de vagas em creches e pré-escolas, sobretudo para famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Após uma ampla consulta social, os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil foram atualizados, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento e do aprendizado desde os primeiros anos de vida.

Além da consulta, o MEC está coordenando estudos nacionais focados nos principais gargalos nessa área: o grande volume de demandas por creches, as longas listas de espera por uma vaga e a formação dos profissionais. Certamente, os estudos do Ministério vão resultar na apresentação de soluções inovadoras e eficazes voltadas para a superação dos desafios da educação infantil em todo o país.



Foto: Fábio Nakakura/MEC

EM DEFESA DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Alfabetizar as crianças brasileiras na idade certa é a razão de ser do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, lançado pelo governo federal por meio do Decreto nº 11.556, de 12/6/2023. Tendo como objetivo central a garantia do direito à alfabetização até o final do 2º ano do ensino fundamental, conforme preconiza a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), o programa também atenta para a educação

das crianças do 3º, 4º e 5º ano, cujo aprendizado foi prejudicado devido à pandemia da Covid-19.

Segundo pesquisa do MEC, o Brasil recuperou o desempenho de alfabetização anterior à pandemia. Atualmente, 99% dos municípios brasileiros aderiram ao compromisso para alfabetizar 67% das crianças até 2026 e mais de 80% até 2030.

Compromisso
Nacional
Criança
Alfabetizada

R\$ 1,3 BILHÃO INVESTIDO EM 2023 E 2024

R\$ 3 BILHÕES SERÃO INVESTIDOS ATÉ 2026*

7,2 MIL ARTICULADORES BOLSISTAS ESPALHADOS PELO BRASIL

*Previsão

MAIS CIDADANIA E SEGURANÇA COM A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Em sinergia com as demandas da sociedade brasileira para educação, o governo federal criou o Programa Escola Integral - Lei nº 14.640, de 13/7/2023 -, e seu principal objetivo é impulsionar a criação de matrículas em tempo integral igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Para os especialistas do MEC, o modelo proposto cria um ambiente mais favorável ao desenvolvimento integral do aluno em termos cognitivos, mas também nas dimensões social, emocional, física e cultural. A percepção entre eles é que a escola integral permite uma maior exposição ao currículo e proporciona aos estudantes mais apoio em suas trajetórias de aprendizado. Além disso, o acesso a metodologias diversificadas contribui para a formação com vistas à cidadania, de maneira que o conhecimento sobre direitos e deveres estimula o estudante à participação e a exercitar a cultura democrática.

A escola em tempo integral está transformando a vida de famílias inteiras, especialmente, nas localidades de maior vulnerabilidade socioeconômica, porque também significa mais proteção social para os estudantes durante o horário de trabalho dos pais ou responsáveis, os quais ficam mais tranquilos com o filhos em segurança dentro da escola.

Desde o lançamento do Escola Integral, o MEC tem fornecido assistência técnica e financeira a propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com a criação do programa, 69% dos estados e municípios passaram a ter política para educação de tempo integral. Antes, eram apenas 19%. Até 2026, a expectativa é de um aumento de 25% das matrículas em tempo integral, com a formação de mais de 15 mil novos profissionais para implementar políticas de tempo integral.



Foto: Gaia Schüler/MEC

Uma educação mais atrativa se faz com desenvolvimento integral, que proporcione ao estudante diferentes experiências educativas, sociais, culturais e esportivas.

965 MIL NOVAS MATRÍCULAS CRIADAS (CICLO 2023-2024)

943 MIL NOVAS MATRÍCULAS PACTUADAS (CICLO 2024-2025)

19% PARA 69%, AUMENTO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS COM POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

R\$ 4 BILHÕES INVESTIDOS POR ANO*

*Previsão

MAIS ESCOLAS CONECTADAS PARA ENFRENTAR EXCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

Nos últimos anos, o acesso em massa da população aos meios digitais colocou os brasileiros entre os povos mais conectados do mundo. No entanto, muito ainda precisa ser feito para que os benefícios da tecnologia possam alcançar as comunidades mais distantes do interior do Brasil, onde a conectividade e a internet de qualidade ainda representam um grande desafio. Esta realidade inclui as escolas públicas, e foi justamente para enfrentar a exclusão digital na educação que o governo federal criou a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), por meio do Decreto nº 11.713, de 26/9/2023.

Coordenada pelos Ministérios da Educação e das Comunicações, a iniciativa é um esforço do governo federal, em colaboração com os sistemas de ensino, e cujo objetivo é garantir às escolas a conectividade apropriada para fins pedagógicos, bem como dar apoio para a aquisição e melhoria dos dispositivos e equipamentos presentes nas escolas de educação básica em todo o país.

Desde o seu lançamento, o programa está transformando as escolas públicas do Brasil, garantindo conectividade de qualidade para alunos nas localidades mais isoladas e mais vulneráveis. Para se ter uma ideia, em 2023, apenas 35% das escolas estavam totalmente conectadas, com Wi-Fi rápido e adequado às necessidades do ensino. Para os próximos dois anos, a meta é que 78% passem a contar com conectividade pedagógica de alta qualidade.

Em 2024, o Ministério implementou políticas inovadoras nesta área, com a publicação de editais do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). Há que se destacar, também, a atuação na coordenação e no monitoramento de ações que garantem acesso à energia elétrica, conexão à internet em velocidade e qualidade adequadas para uso pedagógico.



100 MIL ESCOLAS
BENEFICIADAS PELA POLÍTICA
DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO
CONECTADA EM 2024

30 MILHÕES
ESTUDANTES BENEFICIADOS
ATÉ 2026*

R\$ 8,8 BILHÕES
INVESTIMENTO ATÉ 2026*

100 MIL PROFESSORES
CAPACITADOS EM CURSOS DE
EDUCAÇÃO DIGITAL E USO DE
TECNOLOGIAS DO AVAMEC,
CUJO AMBIENTE VIRTUAL
É DESTINADO A DIVERSAS
FINALIDADES PEDAGÓGICAS.

*Previsão

Conectividade pedagógica significa garantir internet e equipamentos adequados para escolas, com didática e contexto multimídia.





ESCOLA DAS ADOLESCÊNCIAS

PROGRAMA DO MEC ATENDE ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Com o Programa Escola das Adolescências, criado pelo MEC, em julho do ano passado – Portaria nº 635/2024 –, os alunos do 6º ao 9º ano passaram a contar com uma política pública que tem um olhar diferenciado para as necessidades dos estudantes que estão no final do ensino fundamental. Atento à realidade socioeconômica da grande maioria dos alunos das escolas públicas, o programa promove a colaboração entre os entes federativos e oferece apoio técnico e financeiro para reduzir desigualdades educacionais e conectar interesses, contextos e demandas dos adolescentes a fim de potencializar o desenvolvimento físico, emocional, intelectual, social e cultural da adolescência, bem como estimular e recompor aprendizagens, atuando para diminuir a evasão e o abandono escolar.

Em maio de 2024, a Semana da Escuta das Adolescências reuniu 20 mil escolas e 2,2 milhões de estudantes para compartilharem suas experiências, o que contribuiu para uma compreensão mais aprofundada de suas demandas e para a identificação de formas de aprimorar a qualidade da educação nos últimos anos do ensino fundamental.

17,2 MIL ESCOLAS ATENDIDAS

R\$ 107,7 MILHÕES INVESTIDOS EM 2024



Documentário: **Uma escola para as adolescências**
<https://www.youtube.com/watch?v=ZSRErlodII>



Gaia Schüler/MEC

NOVA POLÍTICA NACIONAL DO ENSINO MÉDIO VISA À FORMAÇÃO SÓLIDA

O Ministério da Educação está empenhado na implementação da nova Política Nacional do Ensino Médio. A agenda de reestruturação é resultado de uma ampla consulta pública realizada em 2023 e da construção do diálogo coordenado pelo MEC junto a diversos parceiros ligados à educação, em especial, de outros órgãos públicos e privados, de estudantes e da sociedade civil.

A nova política – regulamentada pela Lei nº 14.945/2024 – torna o ensino médio mais relevante e atraente para os jovens brasileiros, e tem como um dos principais focos a superação das desigualdades no acesso à educação e a redução da evasão escolar. Também representa uma mudança importante a retomada de disciplinas obrigatórias, de forma a valorizar os conhecimentos dos diferentes componentes curriculares e fortalecer as aprendizagens, criando as condições para uma formação integral sólida para todos os estudantes do ensino médio.

Para isso, a nova política pública inclui o aumento da carga horária para formação geral básica, a criação de itinerários formativos conectados às áreas do conhecimento e a valorização do ensino profissional e tecnológico, integrando-os ao ensino médio.

Um dos principais avanços na implementação das mudanças ocorreu em novembro de 2024, ocasião em que o MEC homologou os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) que regulamentam o ensino médio, atualizando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a etapa e estabelecendo diretrizes gerais para oferta dos itinerários formativos.

Para garantir o sucesso dessa transformação, o MEC está capacitando mais de 200 técnicos de todas as secretarias de Educação, as quais serão responsáveis por desenhar os planos de ação para cada território.





A poupança do ensino médio

PROGRAMA INCENTIVA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO A CONCLUIR OS ESTUDOS

Com o compromisso de fazer da educação a chave que abre as portas para o futuro, o Ministério da Educação criou, no início de 2024, o programa Pé-de-Meia, destinado a estudantes de baixa renda que cursam o ensino médio em escolas públicas.

Durante todo o ano passado, equipes do MEC rodaram o Brasil para lançar o programa nos estados e explicar à população que o Pé-de-Meia é um incentivo financeiro estratégico que funciona como uma verdadeira poupança educacional e visa garantir a permanência do aluno em sala de aula, assim como a conclusão escolar nesta importante etapa da formação educacional.

Em um Brasil onde as taxas de evasão escolar e repetência ainda são desafiadoras, o Pé-de-Meia se destaca, inclusive, como uma política de combate à desigualdade social ao oferecer o suporte financeiro necessário para que jovens de famílias em situação de vulnerabilidade possam se dedicar aos estudos sem se preocupar com a pressão econômica.

O Pé-de-Meia contempla alunos do ensino médio público regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) cuja família esteja inscrita no Cadastro Único (CadÚnico). Mas, para garantir o benefício, é necessário que o estudante frequente 80% das aulas e seja aprovado ao final de cada período letivo. A cada ano letivo concluído com sucesso, os estudantes recebem o incentivo financeiro daquele período. Ao final, os incentivos podem somar até R\$ 9.200.

Pouco meses após o lançamento, o programa Pé-de-Meia foi ampliado em agosto de 2024, passando de 2,8 milhões para 3,9 milhões de estudantes beneficiados, com um investimento anual estimado de R\$ 12,5 bilhões. Para se ter ideia da relevância do programa, a escala do incentivo educacional o posiciona como a maior política de combate à desigualdade social do país, após o Bolsa Família, em termos de público beneficiado.

O Pé-de-Meia valoriza o estudante que se matricula no ensino médio, frequenta as aulas, passa de ano, faz o Enem e completa os estudos.

3,9 MILHÕES DE ESTUDANTES BENEFICIADOS

R\$ 12,5 BILHÕES DE INVESTIMENTO ANUAL*

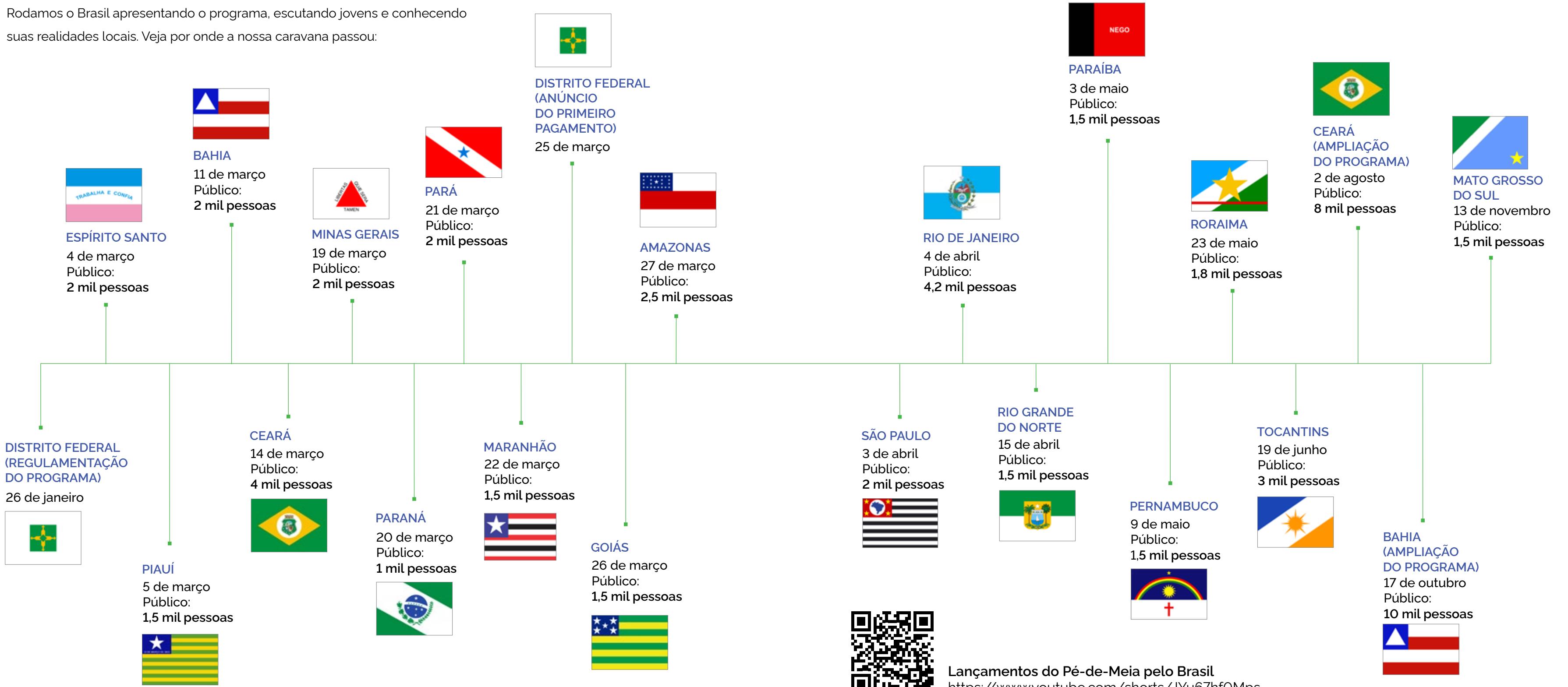
*Previsão

Foto: Angelo Miguel/MEC



TURNÊ DO PÉ-DE-MEIA

Rodamos o Brasil apresentando o programa, escutando jovens e conhecendo suas realidades locais. Veja por onde a nossa caravana passou:



PNAE GARANTE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA MILHÕES DE ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é estratégico para a segurança alimentar e nutricional de milhares de estudantes das escolas públicas de todo o Brasil. Com mais de 50 milhões de refeições diárias, o PNAE, além de promover a saúde e o bem-estar dos alunos, fortalece a agricultura familiar, com 30% dos alimentos vindos diretamente de pequenos produtores.

Após seis anos sem ajustes, o aumento de 39% no orçamento do programa representou um grande avanço na qualidade da merenda escolar. Agora, os alunos têm acesso a refeições mais nutritivas, saborosas e sustentáveis, enquanto o PNAE cria um ciclo virtuoso ao estimular a economia local, gerar empregos e promover a sustentabilidade. O PNAE também ganhou destaque internacional ao ser discutido em eventos como o G20 e posicionar o Brasil como líder no combate à fome e à pobreza global. Este exemplo inspira outros países a adotar práticas semelhantes, criando um futuro mais saudável e justo para todos. Executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa assegura que os recursos sejam distribuídos diretamente aos estados, municípios e Distrito Federal, com base nos dados do Censo Escolar. Com o PNAE, o governo federal transforma vidas e fortalece a agricultura familiar de todo o país.

10 BILHÕES DE REFEIÇÕES FORNECIDAS POR ANO

40 MILHÕES DE ESTUDANTES BENEFICIADOS

R\$ 5,3 BILHÕES DE INVESTIMENTO ANUAL*

30% dos alimentos da educação escolar são comprados de agricultores familiares.



Foto: Ricardo Stuckert/PR



UM CAMINHO SEGURO PARA A ESCOLA

Desde 2007, o programa Caminho da Escola tem transformado a realidade de milhares de estudantes, garantindo acesso e permanência nas escolas públicas para aqueles que vivem em áreas rurais e ribeirinhas. Com a aquisição de novos ônibus, o MEC ampliou o alcance do programa, com mais segurança e acessibilidade para milhares de crianças e jovens da educação básica.

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garantem o direito ao transporte escolar gratuito. Cabe ao poder público disponibilizar esses serviços, bem como normatizar seu funcionamento estabelecendo como, onde e quem pode se beneficiar do transporte escolar.

A previsão é de que até 2026 o novo PAC do governo federal adquira mais três mil novos veículos para o programa, somando R\$ 1,5 bilhão em investimentos no transporte escolar de crianças e jovens de todo o país.

1.477 TERMOS GERADOS

877 ÔNIBUS ENTREGUES

337 MIL
ESTUDANTES BENEFICIADOS

R\$ 712 MILHÕES
DE VALOR EMPENHADO

3 MIL NOVOS VEÍCULOS

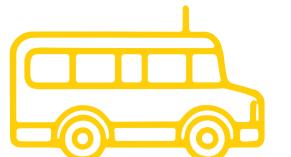
R\$ 1,5 BILHÃO
EM INVESTIMENTO*

*Previsão

Acesso à escola se faz com transporte de qualidade, acessível, com conforto e segurança.



ORE Zero



13 alunos

ORE 1



29 alunos

ORE 2



44 alunos

ORE 3



59 alunos

Onurea piso baixo



29 alunos

Onurea piso alto



29 alunos

PNATE: TRANSPORTE TAMBÉM É PARA QUEM MAIS PRECISA

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) é a ponte que conecta estudantes de áreas rurais à educação de qualidade ao oferecer assistência técnica e financeira para estados, Distrito Federal e municípios. Com esse apoio, o MEC garante o funcionamento dos veículos escolares, já que os recursos são destinados desde a manutenção até o combustível e salários dos motoristas.

Em 2024, o MEC aumentou em 50% os recursos destinados ao Pnate, viabilizados principalmente para o transporte aquaviário (em rio e mar). O programa é essencial para garantir o acesso à educação nos locais mais remotos, inclusive para as comunidades ribeirinhas, especialmente na Região Norte.

R\$ 798,9 MILHÕES
INVESTIDOS EM 2024



PNLD: LEITURA E MATERIAL DIDÁTICO AVANÇAM NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Criado em 1937, o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) é a mais antiga política pública educacional brasileira. Conhecido por sua longa trajetória na vida dos estudantes brasileiros, o programa oferece livros didáticos, pedagógicos e literários gratuitamente para escolas públicas de todo o país. Com o objetivo de garantir o acesso ao conhecimento, o PNLD beneficia milhões de estudantes, tornando a educação mais acessível, rica e de qualidade.

Em 2024, o programa deu um passo importante ao ampliar sua atuação para beneficiar bibliotecas públicas e comunitárias, alcançando um público ainda mais amplo e diversificado. Sem dúvida, a iniciativa vai estimular o interesse da população pela leitura e o acesso aos livros aos cidadãos que já não estão nas salas de aula.

O MEC publica editais para a aquisição de materiais didáticos, atendendo a todas as etapas da educação básica. Entre as seleções em andamento estão livros e materiais didáticos destinados à educação de jovens e adultos; à educação infantil, aos anos iniciais do ensino fundamental e ao ensino médio. Os editais também contemplam as pessoas com deficiência por meio da aquisição de livros em braile, bem como das demandas de publicações voltadas para a equidade educacional.

31,1 MILHÕES
DE ESTUDANTES BENEFICIADOS

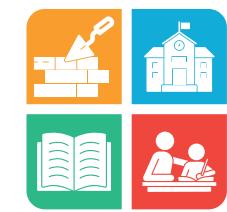
194,6 MILHÕES
DE LIVROS ADQUIRIDOS EM 2024

R\$ 2,1 BILHÕES
DE INVESTIMENTO EM 2024

Foto: Fábio Nakakura/MEC



O acesso à educação é um direito fundamental, e nossos programas garantem que todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender.



Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica

RETOMADA DE OBRAS AMPLIA OFERTA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica traduz o compromisso do governo federal em finalizar obras essenciais ao funcionamento das escolas de educação infantil, ensino fundamental e profissionalizante. Com investimentos focados na reforma, ampliação e construção de quadras esportivas cobertas, o governo federal está dotando as escolas públicas de novos equipamentos e infraestrutura de qualidade, tornando as diversas atividades pedagógicas mais interessantes e atrativas.

Por meio de uma parceria do MEC com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), a iniciativa garante, inclusive, a renovação das escolas indígenas e quilombolas, com previsão de entregas ainda em 2025.

3.784 OBRAS APTAS A SEREM RETOMADAS

1,1 MILHÃO DE NOVAS VAGAS NAS REDES DE ENSINO*

R\$ 4 BILHÕES EM INVESTIMENTOS ATÉ 2026*

*Previsão

MAIS CRECHES E ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

O Novo PAC chegou para transformar o Brasil, impulsionar o crescimento econômico e promover a inclusão social. E a educação básica é uma das suas maiores prioridades! Com um olhar voltado para o futuro, o programa investe na construção de novas creches, escolas em tempo integral e na aquisição de ônibus escolares, garantindo mais acesso e qualidade para os estudantes de todo o país.

Essa é a primeira vez, na história do programa, que são incluídas obras para a educação básica brasileira.

1.178 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS CONTRATADAS EM 2024

684 ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL CONTRATADAS EM 2024

R\$ 13,3 BILHÕES INVESTIDOS EM 2023-2024*

R\$ 26,4 BILHÕES DE INVESTIMENTO TOTAL DO PROGRAMA*



*Previsão total do Novo PAC da educação básica, incluindo creches, escolas e ônibus escolares



Maquete creche padrão MEC
<https://www.youtube.com/watch?v=WFRJYL53u4M>

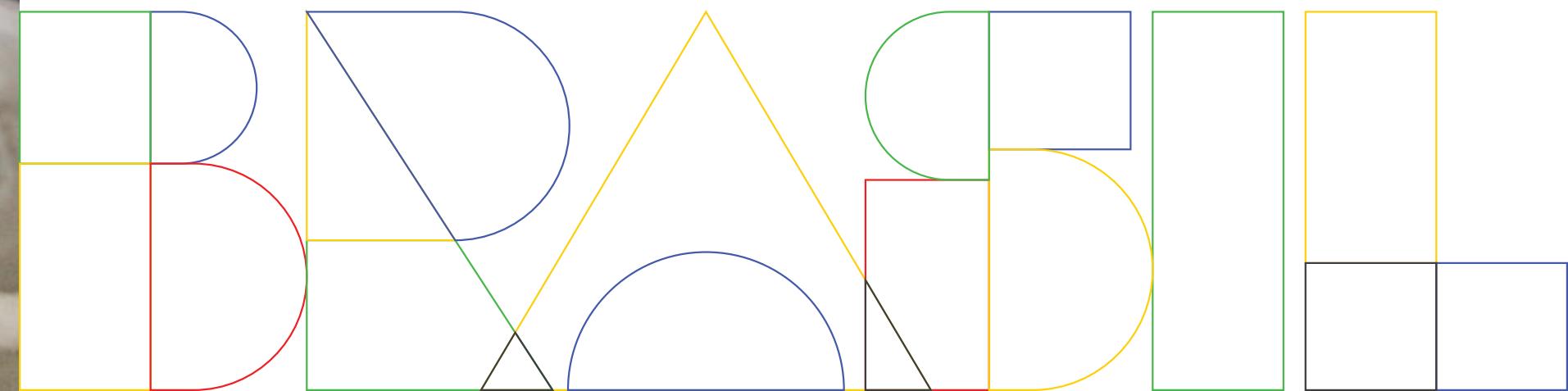


Maquete escola em tempo integral padrão MEC
<https://www.youtube.com/watch?v=s2zIDlfvpE>



02

MAIS EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA





ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA TRANSFORMA VIDA DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

O governo federal, o setor produtivo e a sociedade trabalham juntos para aumentar as matrículas na educação profissional e tecnológica, reconhecida por gerar emprego e renda para as juventudes e a classe trabalhadora, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país. Para fortalecer essa agenda, o MEC está melhorando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) já existentes e implantando 100 novas unidades em todo o Brasil.

Com vistas à superação das desigualdades e valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, o Ministério tem investido na oferta de cursos de qualificação e técnicos pelas redes públicas de ensino e pelo Sistema S. Por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o órgão tem destinado recursos para as áreas de bioeconomia, aquicultura e energias renováveis, bem como para a formação no sistema prisional, Educação de Jovens e Adultos e escola em tempo integral. Em diálogo com atores diversos, também está sendo elaborada a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, visando qualidade e maior oferta de vagas.

OBRAS DO NOVO PAC CONSOLIDAM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O Novo PAC está acelerando a modernização da infraestrutura das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo os Institutos Federais (IFs), os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II.

Com um investimento de R\$ 628,1 milhões em 2023 e 2024, e mais R\$ 1,4 bilhão previstos até 2026, o conjunto de obras envolve a construção de restaurantes estudantis; salas de aula e laboratórios; quadras poliesportivas; bibliotecas e sedes definitivas. O objetivo é fortalecer e ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) pela Rede Federal, em todo o Brasil, além criar ambientes ideais para o aprendizado e o desenvolvimento dos estudantes.



Foto: Gaia Schüler/MEC

144 OBRAS CONCLUÍDAS
E EQUIPAMENTOS ENTREGUES

R\$ 647,2 MILHÕES
INVESTIDOS EM 2023 E 2024

R\$ 1,4 BILHÃO
DE INVESTIMENTO ATÉ 2026*

100 NOVOS INSTITUTOS FEDERAIS



Foto: Gescom/IF

EXPANSÃO DA REDE 100 NOVOS INSTITUTOS FEDERAIS

Com o apoio do Novo PAC, o MEC está elevando a educação profissional e tecnológica brasileira a novos patamares. São 100 novos campi dos Institutos Federais espalhados por todo o Brasil, com o objetivo de garantir a expansão das vagas e a permanência dos estudantes na sala de aula.

Até 2026, essas novas unidades estarão em pleno funcionamento, oferecendo cursos técnicos integrados ao ensino médio, principalmente em regiões que ainda não tinham IFs ou com baixo número de matrículas para cursos técnicos de nível médio, em relação à população.

A expansão dos campi é um passo decisivo para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a triplicação das matrículas nos cursos de educação profissional, com pelo menos 50% da expansão no segmento público. Os investimentos vão transformar a vida de milhares de jovens em todo o Brasil.

*Previsão

Com a ampliação, o Brasil terá 785 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país.

100 NOVOS CAMPI

140 MIL NOVAS VAGAS*

R\$ 2,5 BILHÕES
EM INVESTIMENTOS ATÉ 2026*



Foto: Gaia Schüler/MEC

POR DENTRO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais são referência em educação profissional e tecnológica de alta qualidade, oferecendo uma gama de cursos em todos os níveis, de técnicos a pós-graduação. Os IFs são verdadeiros espaços de inovação, que articulam ensino, pesquisa e extensão, gerando soluções que impulsionam o desenvolvimento econômico e social das regiões onde atuam.

Com programas que vão desde licenciaturas e bacharelados até pós-graduação stricto sensu, os IFs são a escolha certa para quem busca conhecimento e qualificação de ponta. E não para por aí: suas pesquisas aplicadas e ações de extensão transformam vidas, gerando impactos positivos para a comunidade e o mercado de trabalho.

1,6 MILHÃO DE ESTUDANTES MATRICULADOS

12,1 MIL CURSOS OFERECIDOS

71 MIL TÉCNICOS E PROFESSORES



POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Os princípios que vão nortear a construção da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) foram formalizados no relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), aprovado por unanimidade no final de 2024. O documento apresenta o conjunto de metas, estratégias e ações da política que vai promover o desenvolvimento e a integração da educação profissional e tecnológica no Brasil em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Ao ser implementada em todo o país, a PNEPT também vai ampliar e fortalecer as estratégias voltadas para a formação e qualificação de trabalhadores, tendo em vista as necessidades do mundo do trabalho e os desafios socioeconômicos do país, além de fomentar a inovação e a pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

MULHERES MIL PROMOVE INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O programa Mulheres Mil reúne um conjunto de políticas públicas e diretrizes governamentais voltadas para a promoção da inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Com a finalidade de conectar a educação ao trabalho, e destinado às mulheres em busca de oportunidades de formação educacional, o programa é, principalmente, uma política de inclusão social e de empoderamento econômico feminino, que abre as portas para a visibilidade e a recolocação profissional das mulheres no mercado de trabalho.

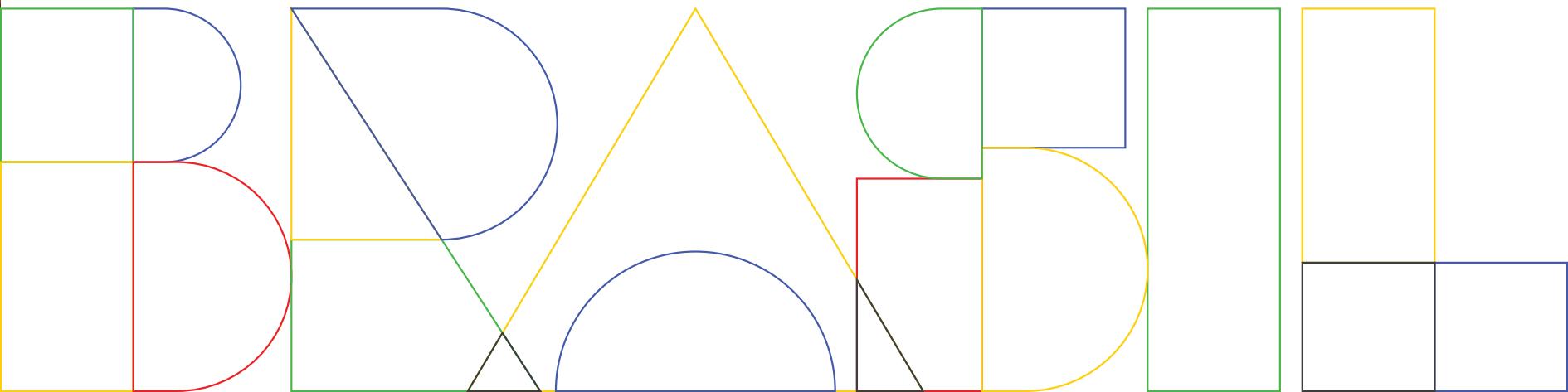
Executado no âmbito do Pronatec, o Mulheres Mil oferece cursos de Qualificação profissional de Formação Inicial e Continuada, entre outros. As vagas são em Institutos Federais, escolas técnicas vinculadas a universidades e secretarias estaduais de educação.

**Mais investimento, mais qualificação
profissional, mais visibilidade.**



03

MAIS EDUCAÇÃO SUPERIOR





NOVO PAC PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR AMPLIA ACESSO DOS BRASILEIROS À UNIVERSIDADE

Qualidade, equidade e sustentabilidade são os pilares da Política Nacional de Educação Superior, que guiam o Ministério da Educação na direção da regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e pós-graduação, com vistas à construção de um país mais desenvolvido, justo e inclusivo.

Nesta perspectiva, o MEC trabalha para expandir e democratizar o acesso dos brasileiros ao ensino superior, ampliando a oferta de campi e de vagas, bem como a qualidade de ensino, promovendo a

permanência dos que mais precisam e garantindo oportunidade de uma educação superior de excelência para todos.

O governo federal lançou o Novo PAC para a Educação Superior, garantindo a melhoria dos processos seletivos, a ampliação dos programas de assistência e mais oportunidades para todos. Com esses avanços, o MEC atua para transformar o futuro educacional e social do Brasil, e garantir que nenhum estudante em situação de vulnerabilidade desista de seu sonho de cursar a faculdade.

CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Um dos objetivos do Novo PAC é ampliar os investimentos nas universidades federais do país para promover o desenvolvimento inclusivo, social e regional, garantir o acesso da população a serviços de qualidade e fomentar a geração de emprego e renda.

Assim, o governo federal investe na expansão de novos campi universitários, priorizando regiões historicamente menos abastecidas; e na melhoria das infraestruturas, com a reforma e ampliação de restaurantes universitários, salas de aulas, laboratórios, centros de convivência e moradia estudantil, entre outros. Ao todo, serão criados 10 campi, os quais vão democratizar o acesso à educação superior pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, em seus pilares de ensino, pesquisa e extensão.

Os investimentos representam mais educação superior pública, de qualidade, e mais oportunidades de um futuro profissional para milhões de jovens universitários.

**Serão criados
10 novos campi
de universidades
federais com o
objetivo de ampliar
a oferta de vagas da
educação superior.**

R\$ 5,5 BILHÕES
DE INVESTIMENTO TOTAL*

R\$ 3,2 BILHÕES INVESTIDOS
EM OBRAS DE CONSOLIDAÇÃO

R\$ 600 MILHÕES
DE INVESTIMENTO NOS NOVOS CAMPIS

+ DE 1 MILHÃO
DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
BENEFICIADOS NO BRASIL



*Previsão



HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: QUANDO SAÚDE E EDUCAÇÃO SE ENCONTRAM

O MEC, por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), gera a rede de hospitais universitários federais do Brasil. Unindo saúde e educação, os hospitais universitários prestam serviços de qualidade e são 100% ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de formar os futuros profissionais da saúde em todo o país.

Com investimentos do Novo PAC, serão criadas oito novas unidades hospitalares nas cinco regiões para levar acesso à saúde de qualidade em áreas carentes e, ao mesmo tempo, formar novos profissionais para cuidar dos brasileiros.

Oito hospitais universitários serão construídos para garantir mais saúde pelo SUS e educação de ponta nas cinco regiões do país.

R\$ 1,75 BILHÃO DE INVESTIMENTO TOTAL

37 EMPREENDIMENTOS

30 HOSPITAIS, SENDO 8 NOVOS



Exame Nacional
do Ensino Médio

FORTELECIMENTO DO ENEM AMPLIA ACESSO À UNIVERSIDADE

Em 2024, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) se fortaleceu ainda mais, tornando-se a principal porta de ingresso na educação superior no Brasil. Com um crescimento expressivo nas inscrições, o aumento significativo na participação de concluintes do ensino médio da rede pública e a diminuição na taxa de abstenção dos dois dias de aplicação, o Enem segue como a chave para o futuro de milhares de jovens que sonham cursar uma faculdade.

Para que se tenha uma ideia, na edição de 2024 do exame, foram 4,3 milhões de inscrições confirmadas, representando um aumento de 900 mil inscritos em relação a 2022. Esse crescimento se refletiu no número de inscritos concluintes do ensino médio da rede pública, que saiu de 58% para 94%*. Dentre os fatores que corroboraram para o crescimento expressivo está o programa Pé-de-Meia, criado pelo MEC, no ano passado, para combater a evasão escolar na educação básica. Os beneficiários que concluem o ensino médio e participam dos dois dias de prova recebem parcela extra de R\$ 200 do programa, o que representa um incentivo a mais no compromisso com os estudos e com o futuro.

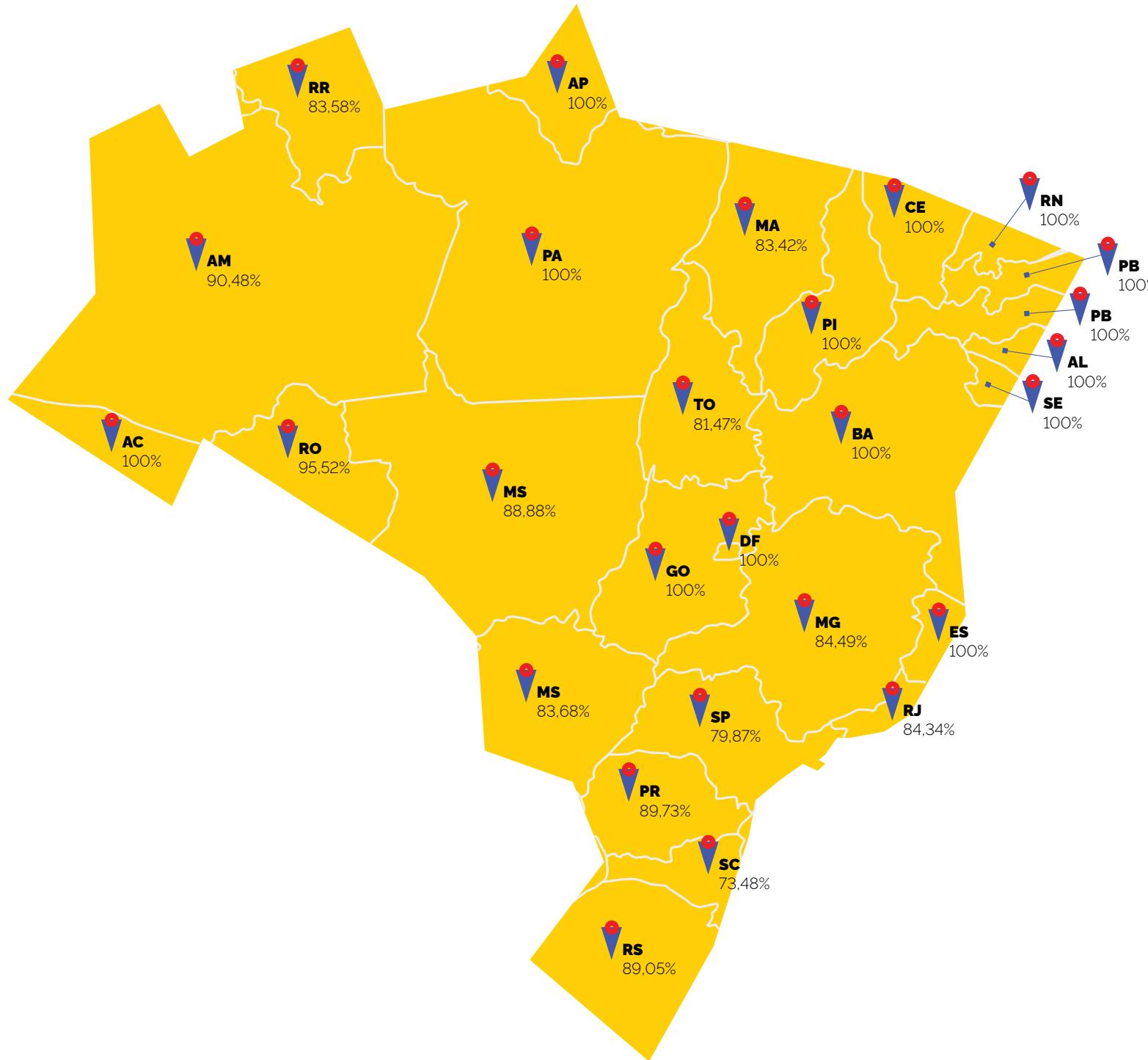
Entre as novidades anunciadas logo após a aplicação das provas, está a avaliação para a volta da certificação da conclusão do ensino médio para estudantes maiores de 18 anos, por meio do Enem, já em 2025. Em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o MEC ainda anunciou a possibilidade de convergência entre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Enem, para avaliação da etapa de ensino.

*Dados preliminares. Os dados são autodeclaratórios, e os percentuais foram estimados com base no Censo Escolar 2023



VEJA A PORCENTAGEM, POR ESTADO, DE CONCLUINTE INScritos DA REDE PÚBLICA NO ENEM 2024

Em todo o Brasil, o número de concluintes inscritos saiu de 58% para 94%.



SISU É APRIMORADO E GANHA MAIS EFICIÊNCIA

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) conecta o aluno diretamente às vagas gratuitas oferecidas pelas instituições públicas de ensino superior de todo o país. Basta que o estudante tenha feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ele já estará no caminho para uma educação superior de qualidade, sem custos.

Em 2024, o Sisu se tornou ainda mais eficiente com uma única edição anual, simplificando o processo seletivo e garantindo mais oportunidades para quem busca uma vaga nas universidades públicas. A mudança trouxe maior eficiência e adequação à nova Lei de Cotas, respeitando as políticas e ações afirmativas que podem ser adotadas pelas instituições públicas de ensino superior. Também representaram avanços importantes a redução do limite de renda familiar per capita para um salário mínimo e a inclusão de cotas para estudantes das comunidades quilombolas.

264,1 MIL VAGAS OFERTADAS*

1,2 MILHÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS*

*Dados de 2024

PROUNI APROXIMA JOVENS CARENTES DO ENSINO SUPERIOR

Desde a sua criação, há 20 anos, o Programa Universidade para Todos (Prouni) atua para garantir o acesso de milhares de estudantes ao ensino superior. Neste sentido, o Prouni oferece bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação em instituições privadas e cria as condições para que estudantes de baixa renda tenham a oportunidade de estudar em faculdades particulares de qualidade e, com isso, realizarem o sonho de fazer o curso superior.

Somente no ano passado, mais de 900 mil estudantes se inscreveram no programa e passaram a contar com os recursos para pagar suas mensalidades. Para participar do Prouni, é necessário ter feito o Enem.

537,9 MIL BOLSAS OFERTADAS

919,2 MIL
CANDIDATOS INSCRITOS

FIES SOCIAL CRIA OPORTUNIDADES PARA ESTUDANTES QUE MAIS PRECISAM

O governo federal está empenhado em ampliar as oportunidades para que mais jovens brasileiros possam fazer o curso superior. Por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o MEC garante financiamento a estudantes em cursos superiores em instituições de educação superior privadas que participam do programa. Para tanto, o Fies utiliza a nota do Enem como critério para ingresso.

Com a convicção de que a educação transforma a vida das pessoas e abre as portas para o futuro, o Ministério criou o Fies Social, que chega para dar ainda mais oportunidades a quem mais precisa. O programa reserva 50% das vagas reservadas para candidatos de baixa renda inscritos no CadÚnico, e o aluno pode financiar até 100% dos custos do seu curso.

112,1 MIL VAGAS OFERTADAS
PELO FIES EM 2024

39,4 MIL ESTUDANTES COM FIES
SOCIAL NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024

DESENROLA FIES ALIVIA SITUAÇÃO FINANCEIRA DE ESTUDANTES

Em mais um esforço para aliviar o bolso dos estudantes em dívida com os programas de financiamento educacional, o MEC criou o Desenrola Fies. Viabilizado na esteira do Desenrola Brasil, do Ministério da Fazenda, o programa possibilitou a renegociação de dívidas com o Fies até 31/12/2024.

Foram beneficiados estudantes com dívidas de contratos firmados até 2017 e inadimplentes até 30 de junho de 2023. Os descontos chegaram a até 99%, representando um grande respiro para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

389,4 MIL ACORDOS FIRMADOS

R\$ 17,7 BILHÕES
VALOR RENEGOCIADO



BOLSA PERMANÊNCIA INCENTIVA UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

O Programa Bolsa Permanência (PBP) é uma iniciativa que promove a equidade social e étnico-racial, proporcionando apoio fundamental para que estudantes indígenas, quilombolas e aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam permanecer e se diplomar nas instituições federais de ensino superior.

Em 2024, o governo federal deu um passo importante ao anunciar a universalização do atendimento a estudantes indígenas e quilombolas, reafirmando o compromisso com o acesso, a permanência e a qualificação dessa população nas universidades e institutos federais.

17,5 MIL ESTUDANTES INDÍGENAS
E QUILOMBOLAS BENEFICIADOS

R\$ 225 MILHÕES INVESTIDOS EM 2024

VEM AÍ
R\$ 315 MILHÕES DE INVESTIMENTO EM 2025*

PARA CHEGAR A
19 MIL ESTUDANTES
(TOTAL DE ESTUDANTES INDÍGENAS E
QUILOMBOLAS MATRICULADOS)

*Previsão



NORDESTE VAI RECEBER A PRIMEIRA UNIDADE DO ITA FORA DE SÃO PAULO

Uma unidade do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) está em construção no Ceará, em Fortaleza, e é a primeira da instituição fora de São José dos Campos (SP). O ITA Ceará está sendo construído em uma área da Base Aérea na capital cearense e tem previsão para formação de turmas e início dos primeiros cursos – Engenharia de Energias e Engenharia de Sistemas.

Em 2024, já foram selecionadas as primeiras turmas que ingressarão no novo campus. As aulas começarão em 2025, e os alunos estudarão o ciclo básico (primeiros dois anos) na sede do ITA, no interior paulista. A partir do terceiro ano, as aulas serão transferidas para o novo campus.

Criado em 1950, o ITA é referência nacional em termos de ensino e pesquisa em engenharia espacial.

R\$ 71 MILHÕES
INVESTIDOS EM 2024

R\$ 180 MILHÕES
DE INVESTIMENTO TOTAL



Foto: José Wagner/Governo do Ceará

O IMPA TECH VAI FORMAR OS PROFISSIONAIS DO FUTURO

Uma parceria entre o governo federal, o MEC, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e a Prefeitura do Rio de Janeiro está garantindo a realização do IMPA Tech, primeiro curso de graduação com foco em ciência, tecnologia e matemática aplicada. Inaugurado em 2024, o curso está capacitando os estudantes para entrar de forma efetiva no mercado de tecnologia e inovação.

O IMPA Tech conta com um currículo transdisciplinar, voltado para formar profissionais do futuro. Para isso, a carga horária é integral, e os estudantes se dividem entre aulas teóricas e práticas em laboratórios com equipamentos de ponta. Álgebra linear, programação, mecânica e termodinâmica são algumas das disciplinas do primeiro período. Inglês e habilidades linguísticas também fazem parte da grade. O corpo docente conta com pesquisadores do IMPA, professores próprios e de instituições parceiras.

R\$ 48 MILHÕES
INVESTIDOS EM 2024

R\$ 158,3 MILHÕES
DE INVESTIMENTO TOTAL





Foto: Luis Fortes/MEC

04 MAIS EQUIDADE

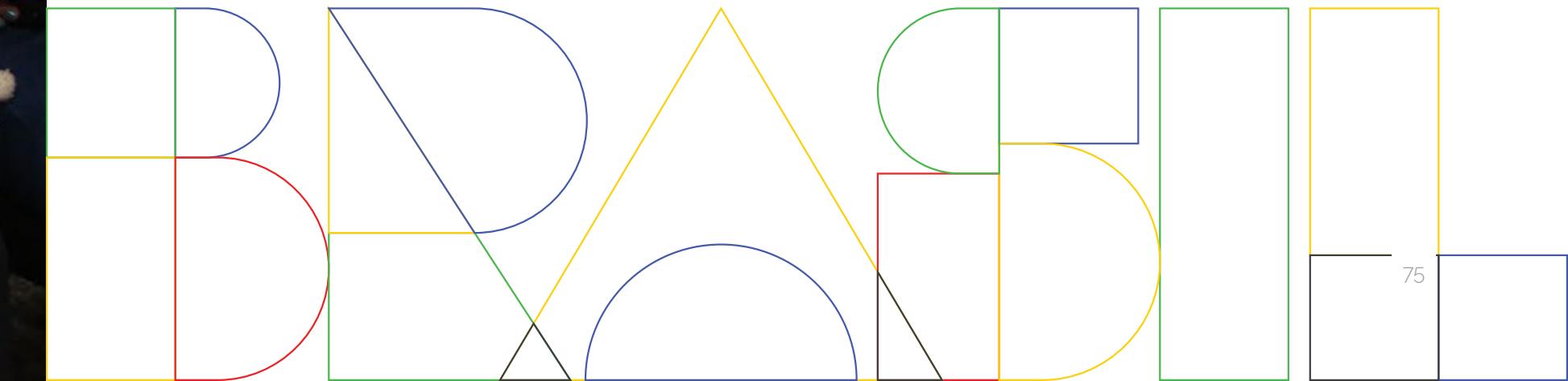




Foto: Filipe Jordão/Seduc-PE

Lançamento do Pacto EJA junto a assentamentos de reforma agrária

REDUZIR AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS É UMA PRIORIDADE

Desde a recriação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), em 2023, o MEC tem se dedicado à construção de um sistema educacional mais justo e mais igual, com foco na equidade educacional.

Para o Ministério, a valorização da diversidade e da inclusão, no âmbito da política educacional, pressupõe o princípio de tratar desigualmente os desiguais. Diante da desigualdade inicial entre os grupos, as ações por mais equidade na educação precisam ser preconizadas desde as formulações curriculares, passando pela oferta e alcançando o financiamento.

O MEC enfrenta essas desigualdades com políticas e programas para a inclusão efetiva dos estudantes público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, para a erradicação do analfabetismo e qualificação da educação de jovens e adultos (EJA), bem como para a superação das desigualdades étnico-raciais. Também atua, no âmbito do pacto federativo, na coordenação e construção de relações com estados e municípios, para que as redes possam também construir e implementar ações voltadas à equidade.

Foto: Fábio Nakakura/MEC



**Pacto pela
Superação do
Analfabetismo**
e Qualificação na Educação
de Jovens e Adultos

A educação é direito de todas
as pessoas, incluindo os jovens,
adultos e idosos.

PACTO NACIONAL FORTALECE A ALFABETIZAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Em junho de 2024, o MEC lançou o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA). Trata-se de um programa inovador com o objetivo de combater o analfabetismo, aumentar a escolaridade e expandir as matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, incluindo a oferta para estudantes privados de liberdade.

O programa visa também integrar a EJA à educação profissional, uma abordagem essencial para preparar os jovens e adultos para um mercado de trabalho cada vez mais exigente. De acordo com dados do IBGE de 2023, o Brasil enfrenta o desafio de ter 11,4 milhões de brasileiros analfabetos com mais de 15 anos e 68 milhões fora da escola, sem concluir a educação básica.

Com uma estratégia integrada, o Pacto EJA articula diversos projetos do Ministério, entre eles, o Pé-de-Meia e o Projovem, além de ações com outros ministérios, estados, municípios, sociedade civil, setor produtivo, organismos internacionais e movimentos sociais.

9 MIL TURMAS DO PROGRAMA BRASIL
ALFABETIZADO, PRONERA E MÃOS SOLIDÁRIAS*

25 MIL ALUNOS BENEFICIADOS PELO PROJOVEM*

1.944 BOLSISTAS PARA A FORMAÇÃO
DE PROFESSORES DA EJA*

R\$ 4 BILHÕES
DE INVESTIMENTO ATÉ 2027*

*Previsão



PNEERQ

Política Nacional de Equidade,
Educação para as Relações Étnico-Raciais
e Educação Escolar Quilombola

POLÍTICA NACIONAL DE EQUIDADE ATENTA PARA A EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Instituída em maio de 2024, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) tem como objetivo o combate às desigualdades étnico-raciais na educação brasileira, assim como a promoção da política educacional para a população quilombola.

A política atua, principalmente, na regulamentação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica do Brasil. Para isso, o foco da PNEERQ é na formação de professores e gestores em educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola, promovendo uma cultura antirracista no ambiente escolar.

R\$ 2 BILHÕES
DE INVESTIMENTO
ATÉ 2027*

Todos os estados e 86% dos municípios brasileiros aderiram à PNEERQ, e 98% das redes responderam a diagnósticos sobre a implementação da Lei nº 10.639/03.

*Previsão



MAIS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Pneepei) visa garantir o acesso, a participação e o aprendizado de estudantes com deficiência em escolas comuns. Segundo os princípios dessa política, a educação especial deve integrar o projeto pedagógico da escola e eliminar barreiras que dificultam a total participação do aluno com deficiência, sobretudo, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para garantir a oferta de vagas e a qualidade da educação especial com vistas a uma escola inclusiva, o MEC está destinando à Pneepei mais recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola. Os investimentos serão aplicados na construção de sala de recursos multifuncionais e na formação dos professores, além de apoiar redes para garantir tempo de estudo articulado entre professores de Atendimento Especializado e professores regentes.

Desde 2023, o MEC adquire equipamentos e materiais pedagógicos para a realização do AEE, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola. As salas de recursos multifuncionais atenderam mais de 20 mil unidades escolares. Estudantes com deficiência da educação infantil, do campo, quilombolas e indígenas tiveram, de modo inédito, acesso ao programa.

38 MIL ESCOLAS COM DIREITO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
E MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA A REALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)*

21,3 MIL ESCOLAS ATENDIDAS COM SALAS DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS EM 2023 E 2024

R\$ 439 MILHÕES INVESTIDOS EM 2023 E 2024

R\$ 2,3 BILHÕES DE INVESTIMENTO ATÉ 2026*

*Previsão



Foto: Angelo Miguel/MEC

A educação escolar se faz na convivência entre todas as pessoas, em escolas e salas de aulas comuns, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de comunicar, mover, perceber, relacionar-se, sentir e pensar.

MUDANÇAS NOS FATORES DE PONDERAÇÃO ATENDEM QUEM MAIS PRECISA

O MEC está ampliando o financiamento da educação em tempo integral, educação escolar indígena e quilombola, Educação de Jovens e Adultos e educação especial. Depois de uma ampliação, em 2023, a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade estabeleceu, em junho do ano passado, fatores de ponderação ainda maiores para a Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo.

Foram criados fatores de ponderação específicos para o tempo integral nas escolas dessas modalidades e fatores diferenciados em todas as etapas, criando ou ampliando os fatores de ponderação. Com isso, estabeleceu-se uma regra abrangente e transparente para a definição dos fatores de ponderação das três modalidades: os fatores de ponderação das matrículas do campo serão 15% superiores aos fatores de ponderação das urbanas, e os fatores de ponderação das matrículas indígenas e quilombolas serão 40% superiores aos das urbanas.

Com essas mudanças, estima-se que as matrículas em escolas do campo possam receber até R\$ 1.770 a mais (para pré-escola em tempo integral), e as matrículas em escolas indígenas e quilombolas possam ser acrescidas em até R\$ 3.912 (para ensino médio em tempo integral), assegurando um investimento robusto e direcionado para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para quem mais precisa.

R\$ 46,1 BILHÕES COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2024*

R\$ 56,5 BILHÕES COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2025*

Distribuição com foco em quem mais precisa.

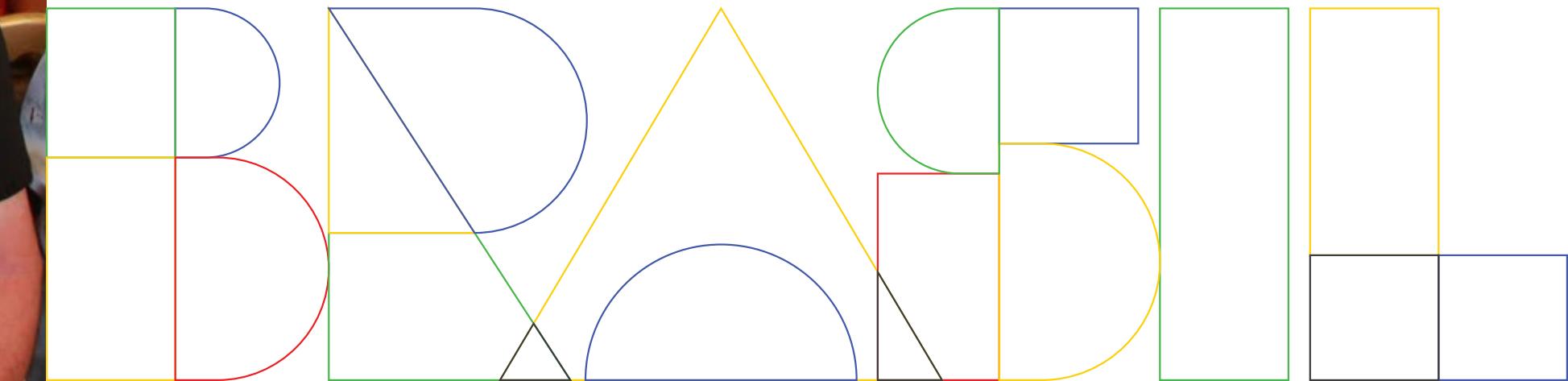
*Previsão



Foto: Fábio Nakakura/MEC



05 MAIS DIÁLOGO



UM PAÍS UNIDO EM TORNO DOS AVANÇOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL

Desde 2023, as políticas, os programas e as ações do MEC são fruto de extenso diálogo, por meio da colaboração interfederativa e a participação social dos diversos atores envolvidos na oferta de educação, do nível básico ao superior. Tendo o diálogo como ponto de partida, o Ministério atua junto às secretarias estaduais e municipais de educação, aos conselhos estaduais, municipais e distrital de educação, às comissões de educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e junto aos fóruns de educação estaduais, municipais e distrital, além de entidades representativas.

Assim, o trabalho em 2024 foi guiado por processos amplamente discutidos, fortalecendo a democracia e favorecendo o engajamento plural das vozes que compõem a educação brasileira. Nesse sentido, o Ministério, junto a outras entidades e instituições, atuou no processo de construção do novo Plano Nacional de Educação, que tramita no Congresso Nacional, com propostas voltadas à justiça social e à educação como direito democrático.

Nosso compromisso é fazer da educação um instrumento de transformação da vida das pessoas e um caminho no sentido da construção de um país mais unido e mais justo para todos.

CONFERÊNCIA NACIONAL DISCUTE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO

A Conferência Nacional de Educação (Conae) é um evento democrático essencial e reúne diversos setores da sociedade para discutir e contribuir com a elaboração e a implementação das políticas educacionais no Brasil. Em 2024, a Conae mobilizou profissionais de educação, entidades da sociedade e lideranças do país inteiro para discutir, principalmente, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034, cuja política de Estado visa garantir a educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável.

Para além de avaliar o cenário da educação no país, os participantes da Conae também aprovaram as diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira da próxima década. A participação foi aberta a educadores, gestores, estudantes, pais e a todos os cidadãos interessados em colaborar para a construção coletiva de políticas educacionais mais justas e inclusivas.



Foto: Luis Fortes/MEC

CEARÁ SEDIA EVENTOS DO G20 SOBRE EDUCAÇÃO GLOBAL

O ano em que o Brasil assumiu a presidência do Grupo dos Vinte (G20) foi coroado com o evento internacional "Ceará: Centro Global da Educação", realizado em Fortaleza, entre os meses de outubro e novembro de 2024. Na ocasião, o MEC coordenou a Reunião Ministerial de Educação do G20; e a Reunião Global de Educação (Global Education Meeting – GEM), organizada em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Durante a presidência brasileira, o GT de Educação do G20 esteve voltado a três iniciativas: a valorização dos profissionais da educação por meio de medidas internacionais de qualificação; o compartilhamento de boas práticas sobre educação para o desenvolvimento sustentável, por meio de plataformas de recursos digitais; e a Exposição Virtual do G20 de práticas de engajamento escola-comunidade. O relatório final elaborado após a reunião ministerial apresentou boas práticas e diretrizes para 2025, quando o GT passará a ser presidido pela África do Sul.

Ao sediar o GEM 2024, o governo federal reforçou o apoio à Unesco na revisão para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial a de número 4, que trata da Educação de Qualidade para Todos. O encontro foi encerrado com a apresentação do documento com resultados globais: a Declaração de Fortaleza, tendo o relatório final destacado os avanços das discussões quanto à importância de aumentar investimentos na educação de forma equitativa e eficiente.

51 PAÍSES PARTICIPANTES

94 DELEGAÇÕES PRESENTES

650 PÚBLICO GERAL

Foto: Angelo Miguel/MEC



Reunião Ministerial de Educação do G20



06

MAIS PROFESSORES

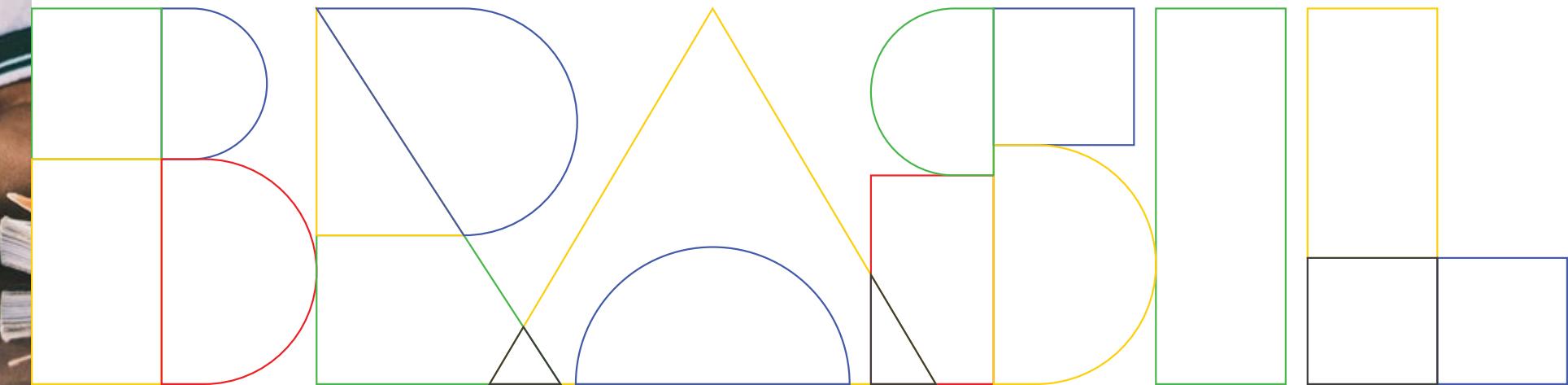




Foto: Fábio Nakakura/MEC

A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO É ESSENCIAL PARA O FUTURO DO PAÍS

O Ministério da Educação (MEC) tem se dedicado à valorização do magistério e ao equilíbrio entre a oferta de professores e as condições de trabalho docente. Em 2023, organizou um Grupo de Trabalho composto por representantes da sociedade civil, universidades e associações para debater a formação inicial de professores, um tema central nas discussões de elaboração do Novo PNE 2024-2034.

Por meio do programa Mais Professores para o Brasil, o MEC busca atrair mais alunos para os cursos de licenciatura, promover a permanência e a conclusão desses cursos, garantir o ingresso e a formação adequada dos futuros docentes. O programa é uma iniciativa fundamental para valorizar e qualificar o magistério da educação básica, além de incentivar a carreira docente em todo o país.

Para o MEC, a melhoria da educação no Brasil depende da presença de bons professores em sala de aula. Por isso, investir na formação e na valorização dos docentes é essencial para o desenvolvimento dos estudantes, a superação das desigualdades e o fortalecimento da democracia, promovendo um futuro mais promissor para todos.



MAIS PROFESSORES PARA UM BRASIL COM MAIS EDUCAÇÃO

O programa Mais Professores para o Brasil foi construído em reconhecimento ao papel central dos docentes no processo de aprendizagem dos estudantes e no sucesso das políticas educacionais. Nesta perspectiva, o Mais Professores vai destinar bolsas de incentivo, tanto durante a graduação quanto após a formação acadêmica. Para o MEC, investir na formação e valorização dos professores é essencial para promover o desenvolvimento dos estudantes, preparando-os para superar as desigualdades sociais e fortalecer a democracia.

Além de motivar o ingresso na carreira do magistério, a proposta visa assegurar a conclusão dos cursos de licenciatura e estimular o desenvolvimento profissional, com melhoria na seleção de professores, concursos públicos e cursos gratuitos para a formação docente.

2,3 MILHÕES DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA

47,3 MILHÕES DE ESTUDANTES IMPACTADOS

R\$ 2.100 BOLSA MAIS PROFESSORES

R\$ 17 BILHÃO DE INVESTIMENTO ATÉ 2026



Foto: Angelo Miguel/MEC



A mais recente modalidade do Pé-de-Meia garante incentivo também para estudantes que querem se tornar professores. São bolsas mensais e uma poupança que pode ser sacada após ingresso na rede pública de ensino. O objetivo é atrair mais alunos para tomar frente das salas de aula nas escolas brasileiras, além de incentivar o ingresso, a permanência e a conclusão nas licenciaturas.

R\$ 1.050
INCENTIVO MENSAL



Foto: Unila

07

MAIS PÓS-GRADUAÇÃO
E INCENTIVO À CIÊNCIA

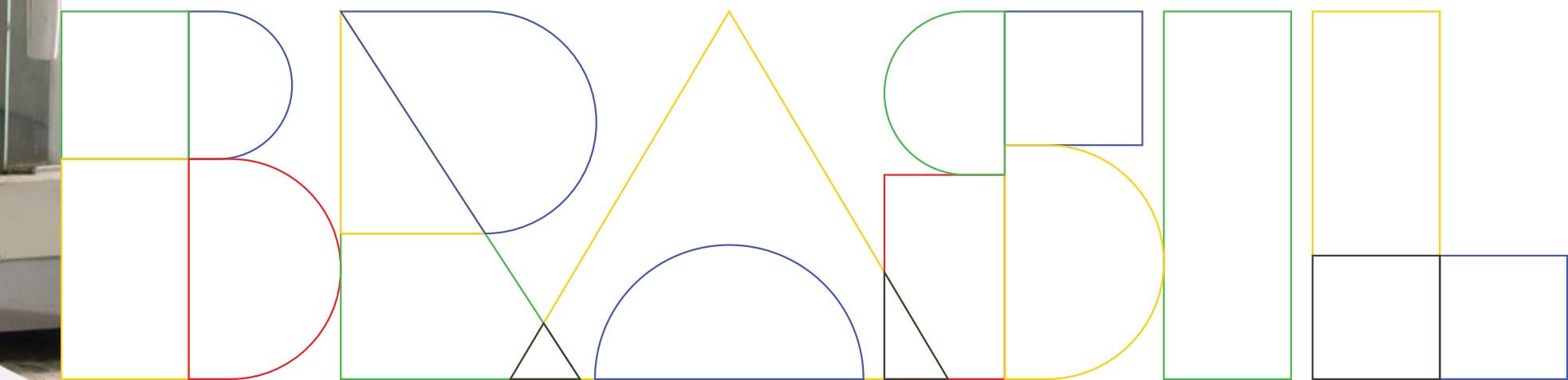




Foto: Gaia Schüler/MEC

INVESTIMENTOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DÃO VISIBILIDADE À CIÊNCIA BRASILEIRA

Para formar profissionais qualificados e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, o MEC executa políticas de pós-graduação junto às instituições de educação superior federais de todo o país. A implementação das políticas nesta área demanda uma atuação direta do MEC com o envolvimento de professores e pesquisadores em várias frentes, diversificando apoios e programas, em sintonia com as necessidades da pós-graduação brasileira.

Com um foco contínuo em ações inovadoras, aperfeiçoamento acadêmico e desenvolvimento de pesquisas, o MEC trabalha para fortalecer a formação de alto nível e fomentar a produção científica nacional. Em 2024, a prioridade foi expandir a infraestrutura de pesquisa e ampliar programas de apoio à formação de professores, garantindo mais recursos e excelência nos cursos de pós-graduação das instituições públicas do ensino superior em todo o país.

O MEC, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), intensificou investimentos em infraestrutura e apoio aos programas de pós-graduação para fortalecer a pesquisa acadêmico-científica no Brasil, elevando patamares que não eram alcançados desde 2017. Em 2024, foram R\$ 5,1 bilhões de recursos para o fomento à pesquisa e à produção acadêmico-científica. As bolsas de estudo foram reajustadas em 40%, no início da gestão.

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

